



ANÁLISE CRÍTICA SOBRE RUAS COMPARTILHADAS, INTERVENÇÕES EM CONCRETO E ARTE PÚBLICA EM SALVADOR, BAHIA



<https://doi.org/10.56238/levv16n48-041>

Data de submissão: 13/04/2025

Data de publicação: 13/05/2025

Rodrigo Rodrigues Coutinho de Carvalho Macedo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

RESUMO

O artigo realiza uma análise crítica das ruas compartilhadas, das intervenções urbanas com concreto e da arte pública em Salvador, Bahia, explorando como esses elementos interagem na configuração e no desenvolvimento da cidade. Em Salvador, o conceito de ruas compartilhadas busca harmonizar a convivência entre pedestres, ciclistas e veículos, mas enfrenta desafios como a falta de infraestrutura adequada e resistência cultural. O uso extensivo de concreto nas intervenções urbanas, embora durável e econômico, tem contribuído para a criação de espaços urbanos inóspitos e a perda da identidade cultural da cidade. Por outro lado, a arte pública comunitária, como murais e grafites, tem sido uma forma de resistência e reintegração da identidade local nos espaços urbanos, embora frequentemente sem o devido apoio institucional. O estudo faz referência ao pensamento de Milton Santos e outros teóricos para entender a dinâmica dos espaços públicos e a necessidade de requalificação urbana que respeite as características culturais e ambientais locais. Utilizou-se a revisão bibliográfica e a análise comparativa de estudos como metodologia. Sendo assim, faz-se uma reflexão e uma crítica quanto a essas intervenções e um alerta sobre o tipo de rua e seu contexto.

Palavras-chave: Crítica. Ruas Compartilhadas. Arte pública.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Salvador, conhecida por sua rica herança cultural e histórica, tem visto um aumento nas discussões sobre a importância das ruas compartilhadas, o uso do concreto em intervenções urbanas e a arte pública desenvolvida pela comunidade. Esses elementos desempenham papéis distintos, mas interligados, na configuração do espaço urbano, contribuindo tanto para o desenvolvimento da cidade quanto para a inclusão social.

As ruas compartilhadas, conceito que tem ganhado espaço em Salvador, representam uma tentativa de reconciliar o fluxo de veículos com a convivência de pedestres e ciclistas. Esses espaços são projetados para reduzir a segregação entre os diferentes tipos de usuários, promovendo uma maior coesão social. No entanto, em Salvador, a implementação desse conceito tem enfrentado desafios significativos. A falta de infraestrutura adequada, o planejamento urbano deficiente e a resistência cultural ao compartilhamento do espaço são obstáculos que limitam o sucesso dessas iniciativas. Além disso, a ausência de manutenção contínua e a falta de conscientização da população comprometem a efetividade das ruas compartilhadas na promoção de um ambiente mais inclusivo e seguro.

Paralelamente, o uso do concreto em intervenções urbanas tem sido uma escolha recorrente nas obras públicas da cidade. Embora esse material seja amplamente utilizado pela sua durabilidade e custo-benefício, sua aplicação em excesso tem resultado na criação de espaços urbanos frios e inóspitos. A padronização das intervenções em concreto muitas vezes desconsidera as características culturais e ambientais locais, levando à descaracterização de áreas historicamente significativas. Em Salvador, onde a arquitetura colonial e o patrimônio cultural são marcas distintivas, o uso indiscriminado do concreto pode resultar na perda de identidade local e na alienação das comunidades, que se veem afastadas de um espaço que deveria ser delas.

A arte pública e urbana feita pela comunidade surge como uma resposta a essa homogeneização do espaço urbano. Em Salvador, diversos grupos comunitários têm se mobilizado para criar murais, grafites e instalações artísticas que refletem a identidade local e promovem a apropriação do espaço público pelos cidadãos. Essa forma de intervenção cultural não apenas embeleza a cidade, mas também fortalece os laços sociais e a sensação de pertencimento. No entanto, a falta de apoio institucional e de reconhecimento oficial muitas vezes marginaliza essas iniciativas, relegando-as a um papel secundário no planejamento urbano.

A metodologia de pesquisa bibliográfica adotada para este estudo utilizou diversos sites de busca acadêmica e de referência, incluindo Google Scholar, ResearchGate, Academia.edu e Scopus, para garantir a abrangência e a precisão das fontes. Foram encontradas um total de 65 referências relevantes para o tema, das quais 10 estavam repetidas entre os sites. Após a seleção e análise, foram

utilizadas 20 referências específicas na lista bibliográfica, escolhidas por sua relevância direta para o estudo.

O período de publicação das referências analisadas variou de 1988 a 2019, com um foco especial em artigos e livros publicados entre 2008 e 2019. Este intervalo foi escolhido para assegurar que a pesquisa incorpora tanto os fundamentos teóricos clássicos quanto as contribuições mais recentes sobre o tema.

A seleção de referências recentes é crucial para capturar as últimas tendências e debates na área, enquanto a inclusão de fontes mais antigas oferece uma base sólida de conhecimento histórico e teórico. As palavras-chave empregadas na busca incluíram "pedras portuguesas", "arquitetura brasileira", "ruas compartilhadas", "intervenções urbanas", "arte pública" e "gentrificação", garantindo a inclusão das principais publicações e estudos sobre o assunto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITUAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO E SUAS TIPOLOGIAS

Milton Santos, renomado geógrafo brasileiro, oferece uma visão ampla e multifacetada do espaço público. Em suas obras, ele aborda o espaço público sob várias perspectivas que refletem suas características dinâmicas e interativas.

O espaço como um produto das relações sociais e econômicas. Para ele, o espaço não é uma entidade neutra ou fixa, mas um resultado das interações e práticas sociais que ocorrem dentro dele. O espaço é moldado pelas atividades humanas e pelas relações de poder, refletindo as desigualdades e as mudanças na sociedade. Ele enfatiza que a configuração do espaço é uma construção social que se transforma continuamente conforme as necessidades e relações sociais evoluem.

Santos explora a relação entre espaço e tempo, destacando como as transformações no espaço são influenciadas por processos históricos e sociais. Ele argumenta que o espaço deve ser entendido não apenas como um local físico, mas também como um elemento em constante mudança devido a fatores temporais. As práticas e funções do espaço evoluem com o tempo, refletindo as transformações nas condições econômicas, políticas e sociais.

Outra perspectiva importante na obra de Santos é a relação entre espaço e experiência. Ele analisa como os indivíduos vivenciam e percebem o espaço, e como essas experiências influenciam a maneira como o espaço é usado e valorizado. Santos acredita que a experiência cotidiana das pessoas moldam sua percepção do espaço público e, conseqüentemente, a forma como o espaço é organizado e utilizado. O espaço é visto como um palco de interações sociais e culturais (figura 01), onde as experiências individuais e coletivas se desenrolam.

Figura 01 - Ruas como palco de interações sociais.



Fonte: G1. Rua decorada em Macaíba, na Grande Natal.

Figura 02 - Ruas dos bairros de Bom Juá e Federação enfeitadas por moradores.



Fonte: Alo, Alo, Bahia. 2018.

Essas perspectivas oferecem uma compreensão rica e complexa do espaço público, considerando-o como um produto social dinâmico, inter-relacionado com o tempo e moldado pelas experiências dos indivíduos (figura 02). Essa abordagem ajuda a entender melhor as transformações e os desafios enfrentados pelos espaços públicos nas cidades contemporâneas. Para entender o conceito de espaço, é necessário considerar os efeitos dos processos urbanos e as transformações ocorridas ao longo do tempo, envolvendo aspectos como forma, função e estrutura, que são fundamentais para a organização do espaço (Santos, 1985).

Bouças (2015) argumenta que o espaço, como produto social, está em contínuo processo de transformação conforme as necessidades. Santos (1986, p. 38) destaca: “[...] *nos movimentos da totalidade social, modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram processos e incitam funções*”, sendo o espaço resultado dos impulsos econômicos, políticos, sociais, culturais ou históricos da sociedade.

Dado que o espaço está em constante alteração devido ao processo de produção e à relação público-privado, é crucial compreender o que caracteriza o espaço “público” em contraste com o espaço “privado”. Bouças (2015) e Santos (1985) revelam que o espaço privado foi historicamente concebido para distinguir privilégios em uma sociedade, enquanto o espaço público é considerado como algo sob a observação de todos. Assim, o espaço público é um local de socialização, enquanto o espaço privado é um local de relações mais reservadas e particularizadas.

A vida pública local deve promover a coletividade. Lynch (1987) e Alex (2008) descrevem cinco dimensões necessárias para a construção de ambientes públicos adequados, destacando a ênfase normativa, a forma física da cidade e o processo participativo, conforme o quadro 01, abaixo:

Quadro 01 - Proposta de dimensões de espaço público

1. Presença	É o direito de acesso a um lugar. Sem ela, o uso e a ação não seriam possíveis.
2. Uso e ação	Referem-se às habilidades das pessoas de utilizar o espaço.
3. Apropriação	Os usuários tomam posse do lugar, simbolicamente ou de fato.
4. Modificação	É o direito de alterar um espaço para facilitar o seu uso
5. Disposição	É a possibilidade de desfazer-se de um espaço público.

Fonte: Alex, 2008/ Adaptado pelo autor.

O sucesso essencial do espaço público depende dessas cinco dimensões, assim como da manutenção adequada desses espaços. Todos os autores concordam que o acesso é uma condição primordial para o uso do espaço público, conforme resume Alex (2008) em três tipos:

Quadro 02 - Tipos de acesso de apropriação em espaço público.

1. Acesso Físico	Refere-se a ausência de barreiras espaciais e arquitetônicas (construções, plantas, equipamentos urbanos, etc.) para entrar e sair de um lugar.
2. Acesso Visual	Define a qualidade do primeiro contato, mesmo a distância, do usuário com o lugar. Por exemplo, uma praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa aos usuários sobre o local e, portanto, é mais propícia ao uso.
3. Acesso Simbólico ou social	Refere-se a presença de sinais, sutis ou ostensivos, que sugerem aceitação ou segregação de pessoas ao lugar.

Fonte: Alex, 2008/ Adaptado pelo autor

Esses três tipos de acesso são fundamentais para garantir que o espaço público seja verdadeiramente funcional e beneficie a coletividade.

Segundo Kevin Lynch (1997), os espaços públicos urbanos são aqueles que proporcionam aos indivíduos a liberdade de escolha e ações espontâneas. Eles constituem um sistema de infraestrutura que pode impactar significativamente a qualidade de vida nas cidades.

2.2 MUDANÇA DE PARADIGMA QUANTO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS E AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS ATUAIS

Mendonça (2007) observa que as mudanças na apropriação do espaço público podem levar à reestruturação do espaço, possibilitando uma maior flexibilidade em seu uso. No entanto, fatos históricos mostram que as ruas já estavam afastadas da realidade dos pedestres. Com a consolidação do modo de produção capitalista e o consumo de produtos industriais, o cenário de relações dos indivíduos mudou. O que antes ocorria em locais abertos, como convivência, compras e lazer, passou a ser direcionado para locais fechados e privados, como shoppings centers, promovendo a valorização da privatização da vida (ver figura 03).

Figura 03 – Relações dos indivíduos nos espaços abertos – Salvador, 1890.



Fonte: ANOTA BAHIA - Roteiro Histórico da Bahia. Fotografia: Rafael Dantas, 2020 e GLOBAL DESIGNING CITIES INITIATIVE .

Com a mudança no ciclo de socialização e nos valores públicos e privados, houve o abandono de espaços livres como praças e parques. As ruas foram projetadas para veículos, gerando conflitos entre a circulação de carros e pessoas e comprometendo a segurança. Com o tempo, a saturação de carros e os altos custos de manutenção tornaram essas vias insustentáveis, levando à valorização do pedestre a partir da segunda metade do século XX. Intervenções urbanas, como a requalificação de espaços públicos e projetos de mobilidade sustentável, têm melhorado a qualidade de vida, reduzido a pegada de carbono, promovido a integração social e estimulado a economia local. Assim, a valorização do espaço público é essencial para criar cidades mais resilientes e adaptáveis.

Figura 04 – Conflitos de pedestres e veículos sobre as calçadas.



Fonte: Mobilize.Org, 2015.

Tais fatores listados anteriormente fazem parte de um ciclo prejudicial que gera problemas ambientais, altos custos para a saúde pública, aumento da temperatura global, entre outros. Em paralelo, na Europa e no Brasil, a vitalização dos espaços públicos e de suas funções tradicionais iniciou-se com o movimento higienista – um movimento preocupado com a salubridade das cidades – que deu início às práticas de renovação, requalificação, revitalização e reabilitação dos espaços urbanos.

Tanscheit (2017) diferencia essas práticas, afirmando que elas têm resultados distintos na área urbana. Segundo ela, a revitalização trata da recuperação do espaço ou construção; a renovação envolve a alteração do uso, seja substituindo ou reconstruindo o espaço; a requalificação confere uma nova função enquanto melhora o aspecto; e a reabilitação refere-se à restauração sem mudar a função. Novos projetos podem ser utilizados como ferramentas de intervenções urbanas que buscam solucionar problemas identificados nas cidades, como afirma Silva (2011):

“...a requalificação urbana é considerada um eixo prioritário nas intervenções urbanas, possibilitando uma operacionalização no tecido físico e social, ou seja, permite (re)criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade. A requalificação permite ainda uma revitalização das áreas mais antigas das cidades, que correspondem aos centros históricos e que se encontram em risco de decadência, abandono e degradação. Todavia, a requalificação urbana não pode se limitar apenas ao centro histórico, mas também às áreas adjacentes sujeitas à intervenção humana. Nesse sentido, o conceito de requalificação urbana tem evoluído constantemente em função dos problemas atuais no espaço urbano.”

Para a ação de requalificação urbana com o objetivo de valorização do espaço público e promoção das cidades, tanto brasileiras quanto internacionais, foram aplicados os conceitos de Traffic Calming e Shared Space. Ambos os conceitos destacam todos os modos presentes no tecido urbano, evidenciando uma interação entre eles. Os métodos de moderação de tráfego (Traffic Calming) incluem duas categorias principais: (a) medidas para a redução da velocidade dos veículos e (b) medidas para criar um ambiente que induza uma condução prudente (BHTRANS, 2013).

Para efetivar a transformação das áreas de circulação das cidades em espaços mais acolhedores, seguros e equitativos, as medidas de moderação de tráfego visam: promover maior segurança viária, diminuindo a frequência de acidentes e reduzindo a velocidade dos veículos; melhorar as condições ambientais através da recuperação de espaços públicos degradados; e criar espaços qualificados para a circulação de pedestres e usuários de bicicletas.

A demanda por cidades mais amigáveis aos pedestres reflete uma diversidade interessante de usos, que proporciona benefícios sociais e econômicos, conforme Jacobs (2011). O conceito de Espaço Compartilhado (Shared Space) é um projeto europeu de cooperação que visa desenvolver, em níveis regionais, nacionais e, eventualmente, europeu, novas políticas para a concepção de espaços públicos (BHTRANS, 2013).

Segundo Tella e Amado (2016), os elementos que estruturam as ruas compartilhadas – uma extensão do conceito de espaço compartilhado para as ruas urbanas – são amplamente variáveis, dependendo dos objetivos a serem alcançados. Os critérios mais comuns nas propostas desse tipo de rua, identificados na figura 10, são:

Quadro 6 - Critérios mais utilizados na avaliação de ruas compartilhadas.

1. Tratamento da Superfície	Padrões definidos e tratamentos diversos das superfícies são utilizados para gerar indicações visuais e hápticas aos usuários, identificando que o contexto urbano mudou. Geralmente utiliza-se uma mesma cor e textura para demarcar a área de um espaço compartilhado.
2. Nível entre a Calçada e a via	Reduz-se a altura das calçadas para estimular os pedestres e circularem livremente através de toda a rua, ao invés de restringir sua mobilidade a caminhos isolados e diferenciados.
3. Entradas e Saídas	É de grande importância que a transição ou entrada/saída desde uma rua ou espaço “comum” esteja claramente demarcado para alertar os condutores que estão entrando em um novo e diferente contexto urbano, caracterizado por condutas distintas.
4. Balizas	As balizas geralmente são instaladas nas frentes das casas para prevenir a intrusão veicular, tanto no trânsito como no estacionamento em espaços não permitidos.
5. Iluminação para a circulação de pedestres	Para escala de pedestres sugere-se uma iluminação tênue que promova condutas tranquilas e amenas. Em certas ocasiões propõe-se o uso de luz branca para melhorar a visibilidade das características próprias dos pisos distintivos.
6. Mobiliário Urbano, praças e brincadeiras para crianças	A instalação desses elementos promove o uso comunitário dos espaços compartilhados e favorece a graduação da apropriação e cuidados deles. Estas instalações também ajudam a interromper as viagens lineares, reforçando o compromisso dos condutores ao novo contexto.
7. Arborização Urbana e jardins comunitários	A arborização das ruas ou espaços compartilhados geram os mesmos benefícios que a instalação de mobiliário, além de favorecer a integração da paisagem urbana com a rua e gerar benefícios em termos ambientais.
8. Estacionamento	A oferta de espaços para estacionamento geralmente é delimitada e os mesmos costumam estar claramente conformados por diferentes padrões que indiquem o uso do espaço.
9. Arte Pública	A arte é um elemento opcional, mas que pode ser uma forte distinção para os espaços compartilhados. Os artistas locais costumam contribuir para desenhar os signos, portais e superficiais.

Fonte: Plataforma Arquitectura, 2016.

Figura 05 - Critérios mais utilizados na avaliação de ruas compartilhadas



FONTE: WRICIDADES.ORG, 2015. Elaborado pelo autor, 2024.

O conceito de Rua Compartilhada, segundo Mendonça (2010), tem ganhado importância no Brasil, propondo a transformação das vias urbanas em espaços mais seguros e integrados para veículos e pedestres. A adoção desse modelo pode melhorar a qualidade dos espaços públicos urbanos, combater problemas de congestionamento e poluição, e promover a interação social.

No entanto, no que tange a arte pública, presente em murais, esculturas e performances, desempenha um papel vital na vida urbana ao democratizar o acesso à cultura e transformar os espaços cotidianos em lugares de encontro e reflexão. Ela vai além da estética, atuando como um meio de expressão coletiva e de resistência, onde diferentes vozes podem ser ouvidas e histórias locais preservadas.

Essas manifestações artísticas no espaço público criam oportunidades para a interação social, tornando ruas, praças e parques em palcos de convivência e troca cultural. Elas também têm um impacto significativo na revitalização urbana, requalificando áreas degradadas e promovendo um sentimento de pertencimento e orgulho entre os moradores.

Figura 06 - Exemplos de arte pública em ruas - Escadaria Selaron, Rio de Janeiro, Brasil. Obra de Jorge Selaron inaugurada em 2013.



Fonte: Toda Matéria.

Em essência, a arte pública no espaço urbano é uma força transformadora que não só enriquece a experiência das cidades, mas também fortalece a coesão social e a identidade coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de comunidades mais inclusivas e culturalmente ricas.

Figura 07 - Exemplos de arte pública em ruas.



Fonte: Stéphane Bourgeois. 2024.

3 REFLEXÃO SOBRE NOVOS CONCEITOS DE RUAS EXECUTADAS COMO PROJETOS DE REQUALIFICAÇÃO URBANA NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA

O Programa de Requalificação Urbana-Ambiental da Orla Marítima de Salvador teve início em 2013, como parte dos planos de gestão da administração municipal daquele período. A iniciativa surgiu em resposta à falta de organização urbana que comprometa o bem-estar dos moradores e frequentadores da região, evidente, por exemplo, nos problemas causados pelo intenso fluxo de veículos.

A intervenção urbana surgiu no contexto da recepção de grandes eventos mundiais — a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 — que demandaram um aumento na infraestrutura proporcional ao padrão de “cidade-sede”.

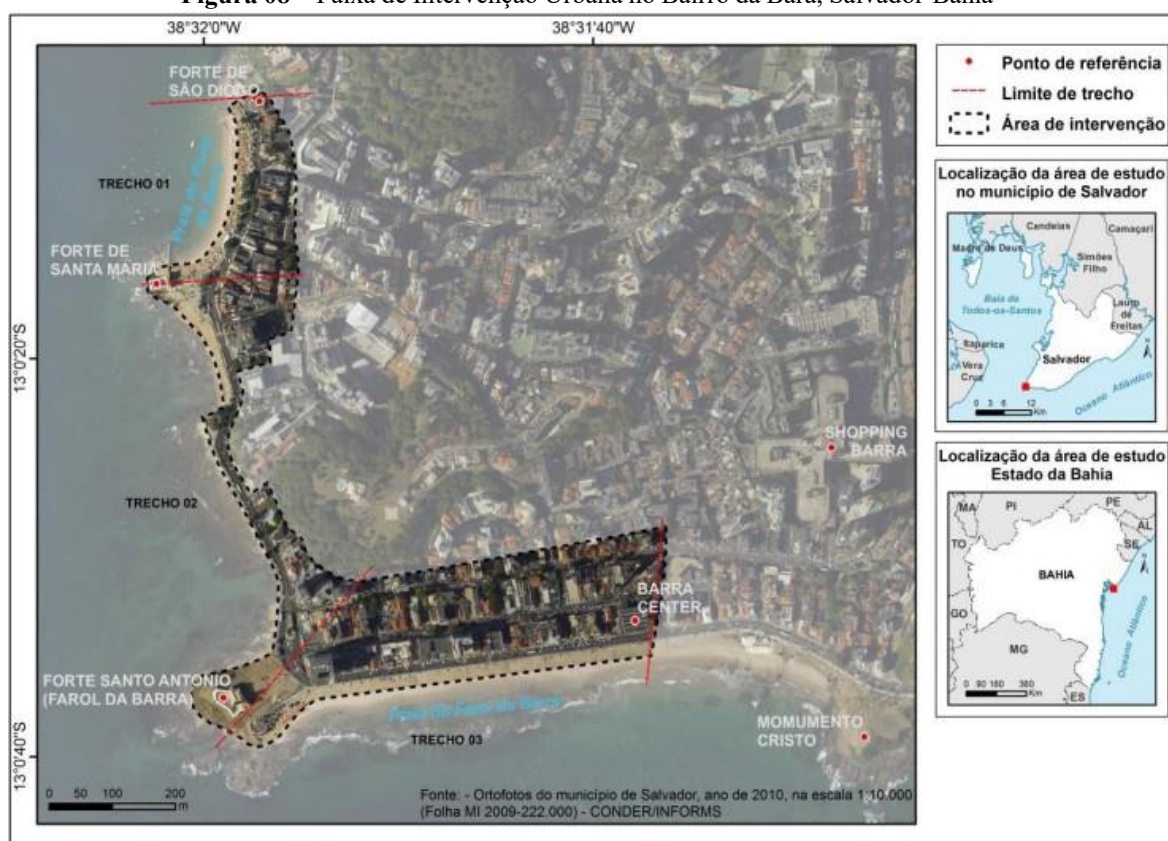
Segundo Silva (2019), a requalificação do espaço é ocasionalmente utilizada como um instrumento de ‘marketing urbano’, uma estratégia para promover a cidade tanto nacional quanto internacionalmente. As obras de embelezamento são empregadas não só para valorizar o espaço público urbano, mas também para movimentar a economia, trazer benefícios para a cidade e melhorar a autoestima da população, além de dar visibilidade às realizações e promover as ações da prefeitura.

A prefeitura de Salvador lançou um documento com as estratégias da primeira gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (2012-2016), abordando dez categorias de intervenção: educação, saúde, justiça social, ambiente de negócios, turismo e cultura, mobilidade, ambiente urbano, ordem pública, gestão para entrega e equilíbrio de contas (Prefeitura de Salvador, 2013).

Este estudo foca na categoria de ambiente urbano, que apresenta a requalificação urbana como uma iniciativa estratégica, propondo a reabilitação de áreas públicas com intervenções voltadas para a valorização ambiental, melhoria do espaço urbano, revisão do paisagismo, reestruturação da mobilidade — incluindo a mobilidade urbana sustentável —, melhoria das calçadas para pedestres e ciclistas, e revisão dos equipamentos e mobiliários urbanos (Souza, 2017; Prefeitura de Salvador, 2013).

A primeira implementação de uma rua compartilhada em Salvador ocorreu no Bairro da Barra. Situado no extremo sul da cidade, o bairro da Barra é predominantemente ocupado por uma população economicamente mais privilegiada em comparação com outros bairros de Salvador (IBGE, 2010). O bairro é famoso por sediar a maior festa de rua do mundo, o carnaval de Salvador, e também por ser palco de diversas manifestações culturais e sociais.

Figura 08 – Faixa de Intervenção Urbana no Bairro da Barra, Salvador-Bahia



Fonte: Silva, 2019.

Figura 09 – Requalificação Urbana da Barra – Ruas Compartilhadas (antes e depois)



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Esta rua apresenta um tratamento de superfície padronizado e diferenciado para fornecer indicações visuais; utiliza blocos de cimento intertravado; reduz a importância das calçadas para estimular os pedestres a circularem livremente por toda a rua, com todos os modos de transporte no mesmo nível, sendo separados apenas por limitadores de velocidade, balizadores e paisagismo; e inclui a presença de mobiliário urbano e arborização que permitem a apropriação do espaço. Além disso, há locais estratégicos de estacionamento e fachadas das edificações voltadas para a rua.

Figura 10 - Representação de Rua Compartilhada da Barra, Salvador Bahia



FONTE: Google Imagens, 2023.

As ruas compartilhadas têm sido utilizadas como instrumentos de requalificação urbana, proporcionando qualidade e embelezamento das cidades, invertendo a prioridade de veículos para pessoas. Elas podem ser aplicadas em diversas classificações de ruas, sejam residenciais, comerciais ou mistas.

A intervenção urbana através do conceito de rua compartilhada, que começou na Europa e foi adaptada por outros países como solução para embelezamento e valorização das cidades, acabou se tornando também um produto de marketing político. Contudo, é pertinente questionar se os urbanistas brasileiros têm a capacidade de desenvolver projetos que atendam às necessidades locais de forma mais incisiva e com uma compreensão mais profunda do contexto local?

Todas as soluções são bem-vindas. Muitos encontros com arquitetos e urbanistas de todo o mundo têm contribuído com novas tecnologias para promover o direito à cidade. Sampaio (1999) contrapõe que a teoria crítica sinaliza a separação deliberada entre a reflexão teórica e as práticas. Deve-se confrontar a arquitetura e o urbanismo produzidos nos meios urbanos, principalmente quando as soluções não se adequam ao contexto local em relação ao global.

Por exemplo, pode-se afirmar que a fome é um problema global, conforme evidenciado por pesquisas realizadas em vários países. No entanto, não se pode afirmar que o design de ruas elaborado para países europeus seja diretamente aplicável às ruas brasileiras, pois as legislações e contextos são diferentes em ambos os locais.

As intervenções trazem muitas melhorias e inovações aos espaços públicos das cidades brasileiras. No entanto, é importante ressaltar, de forma crítica, alguns pontos sobre essas intervenções.

A primeira observação refere-se ao clima: enquanto na Inglaterra, na Holanda e na Alemanha as temperaturas podem chegar a 4°C durante o dia e 2°C à noite, no Brasil, especialmente em cidades tropicais como Salvador, as temperaturas variam entre 12°C e 32°C. Uma proposta de rua compartilhada ou completa que utilize superfícies cimentícias e asfálticas pode agregar valor ao ambiente, contribuindo para o desconforto térmico local. No Brasil, isso pode tornar o uso do espaço público inviável, com temperaturas chegando a 52°C ao meio-dia.

Para melhorar o conforto térmico da Rua Compartilhada da Barra, a inserção de sombreamento natural ao longo da via, juntamente com espelhos d'água ou chafarizes, seria benéfica para aumentar a permanência das pessoas na rua.

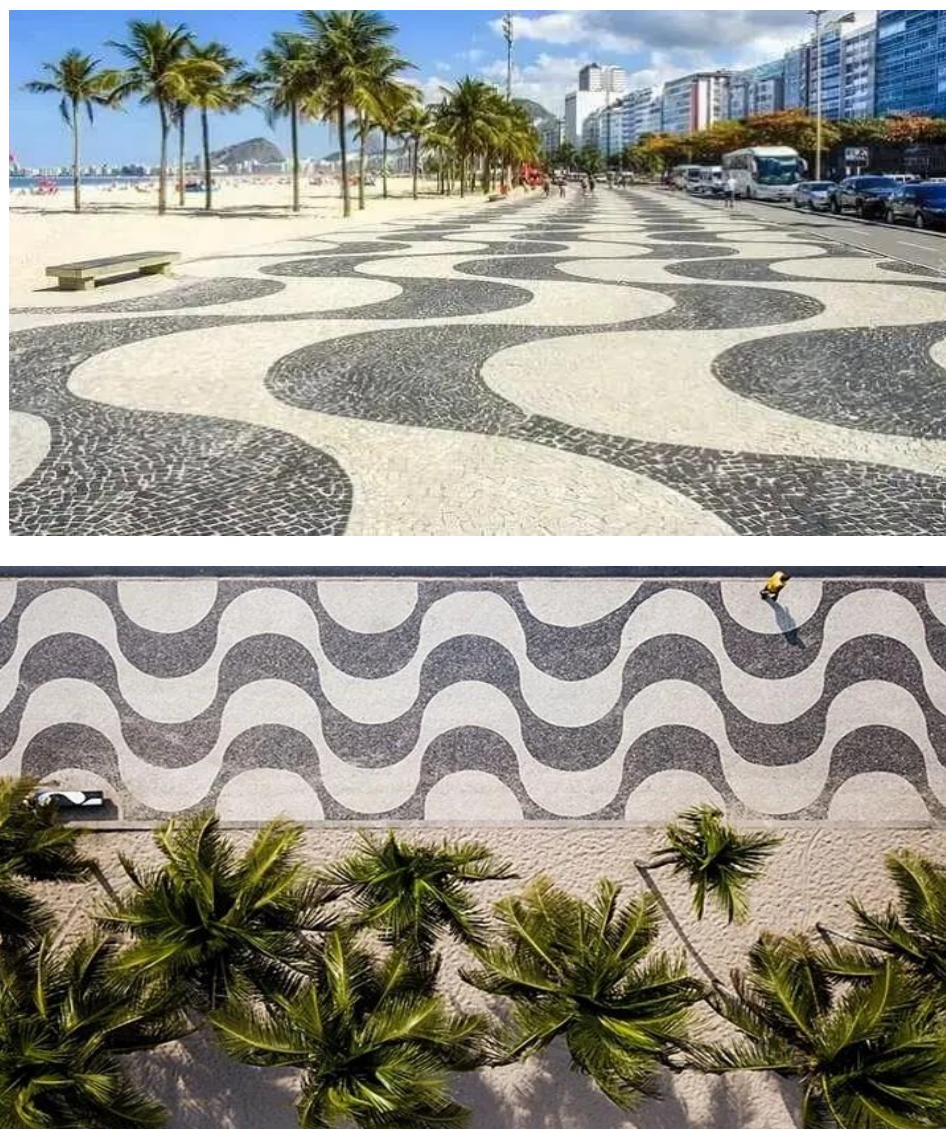
3.1 INTERVENÇÕES DE RUAS COMPARTILHADAS E A ESCALA DE PAGINAÇÃO DE PISO ENTRE OUTRAS ATRIBUIÇÕES

No contexto urbano contemporâneo, as intervenções de ruas compartilhadas têm sido amplamente promovidas como soluções para melhorar a mobilidade e a qualidade de vida nos centros urbanos. No entanto, essas intervenções também têm sido criticadas por servir como ferramentas para a especulação imobiliária. A introdução de novas pavimentações e calçadas, muitas vezes acompanhada por um discurso de revitalização urbana, pode resultar na valorização dos imóveis da região, levando ao aumento do custo de vida e ao consequente processo de gentrificação.

Um aspecto notável dessas intervenções é a escala em que as paginações de piso das calçadas são projetadas. Em muitos casos, essas paginações são concebidas para serem apreciadas de uma perspectiva aérea, como a vista dos andares superiores dos edifícios, e não necessariamente para a experiência de quem caminha pelas ruas. Esse fenômeno pode ser observado em diferentes cidades, onde o desenho do piso é planejado em grandes escalas, priorizando uma visão estética que atenda aos interesses de investidores e moradores de alto padrão, em detrimento da usabilidade cotidiana para os pedestres.

Esse contraste é particularmente evidente quando comparamos essas novas intervenções com a tradicional utilização das pedras portuguesas, um elemento arquitetônico popularizado pelos arquitetos baianos. As pedras portuguesas são conhecidas por suas formas e desenhos que são melhor apreciados à medida que se caminha sobre elas, valorizando a experiência do transeunte.

Figura 11 - Calçada em Pedras Portuguesas - Rio de Janeiro, RJ e vista superior da calçada



Fonte: Jornal O povo.

Por outro lado, as novas paginações de piso, desenvolvidas com escalas que só podem ser plenamente compreendidas a partir de uma vista de cima, refletem uma mudança de foco: da experiência pública e coletiva para a valorização privada e especulativa do espaço.

Figura 13 - Rua compartilhada da Barra, 2023.



Fonte: Sidney Quintela, 2013.

Assim, essas intervenções de ruas compartilhadas, ao priorizarem uma escala de desenho voltada para a visualização dos moradores dos apartamentos, acabam por subverter a função social das calçadas, transformando o espaço público em mais um instrumento de valorização imobiliária. A crítica a essa prática reside na desconexão entre a experiência cotidiana do pedestre e o objetivo especulativo, que visa a apreciação do espaço como um ativo financeiro, e não como um elemento vivo e dinâmico da cidade.

Outro ponto que vale a pena salientar é que, as diretrizes quanto a aplicação de requalificação para as ruas brasileiras, não seguem as regras das ruas europeias, há uma contradição: em ruas compartilhadas não devem existir separadores ou delimitadores de espaços, o que não é visto nas ruas compartilhadas da cidade de Salvador, Bahia, podendo levar a intervenção apenas como uma requalificação urbana e não uma rua compartilhada, perdendo seu valor projetual e conceitual.

A arte pública desempenha um papel fundamental na valorização dos espaços urbanos e na promoção de interações sociais e culturais, especialmente em uma cidade rica em história e diversidade como Salvador. As manifestações artísticas nas ruas e em outros espaços públicos são uma forma poderosa de expressão coletiva, refletindo a identidade cultural e a resistência da população.

Figura 14 - Desenhos de rostos de artistas baianos feitos por grafiteiros em muro viram atração no bairro da Barra, em Salvador.



Foto: Alan Tiago Alves/G1, 2018.

Além disso, a arte pública em Salvador atua como um agente de revitalização urbana. Ao ocupar espaços antes marginalizados, essas manifestações ressignificam o uso do espaço público, promovendo a segurança e a inclusão social. A presença constante de arte nas ruas estimula as pessoas a interagirem com a cidade de forma mais ativa e consciente, criando laços comunitários e incentivando o respeito ao patrimônio cultural.

Em suma, a arte pública em Salvador é um vetor de transformação social e cultural, que valoriza os espaços urbanos e fortalece as redes de socialização. Ela celebra a identidade única da cidade, ao mesmo tempo em que promove a inclusão, a diversidade e a convivência pacífica em seus espaços públicos.

4 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Uma rua compartilhada ideal para a cidade de Salvador deve ser concebida como um espaço urbano que integra diferentes modos de mobilidade—pedestres, ciclistas e veículos—promovendo a convivência e a segurança de todos os usuários. Dado o clima tropical, a rica herança cultural e a diversidade social de Salvador, é fundamental que o design dessa rua seja inclusivo, flexível e profundamente conectado à identidade cultural da cidade.

O planejamento de uma rua compartilhada deve priorizar a inclusão e a acessibilidade universal. Faixas de pedestres e ciclovias bem demarcadas são essenciais para guiar o fluxo de trânsito de forma harmoniosa, enquanto rampas, pisos táteis e sinalizações visuais e sonoras garantem o acesso seguro para pessoas com mobilidade reduzida e deficiência visual. Além disso, o mobiliário urbano, como bancos, lixeiras, bebedouros e áreas de sombra, deve ser estrategicamente distribuído para oferecer conforto e incentivar a permanência e a convivência dos cidadãos.

Uma característica distintiva dessa rua compartilhada em Salvador seria a sua integração com a identidade cultural local. A arte urbana, como murais comunitários e outras formas de expressão artística, pode embelezar o espaço, refletindo a cultura vibrante e a história da cidade. Essa abordagem fortalece o sentimento de pertencimento da comunidade, ao mesmo tempo em que preserva e valoriza o patrimônio arquitetônico e histórico da cidade. Incorporar elementos tradicionais ao design urbano não só respeita a herança cultural de Salvador, mas também enriquece a experiência dos usuários da rua.

Em uma cidade com um clima tropical como Salvador, a presença de áreas verdes e a arborização são cruciais para o conforto térmico e a qualidade de vida. O plantio de árvores nativas ao longo da rua cria corredores verdes que oferecem sombra natural e espaços de descanso, integrados a pequenas praças ou pocket parks. Além disso, a implementação de soluções sustentáveis, como jardins filtrantes e pavimentação permeável, ajuda a gerenciar as águas pluviais, prevenindo alagamentos e promovendo a sustentabilidade ambiental.

A segurança dos pedestres e ciclistas é outra prioridade no design de uma rua compartilhada. Medidas como a redução da velocidade dos veículos, através de lombadas e pavimentação elevada nos cruzamentos, devem ser implementadas para proteger os usuários vulneráveis. A iluminação pública eficiente, como o uso de LEDs, também é fundamental para garantir a visibilidade e a segurança durante a noite, contribuindo para um ambiente urbano mais acolhedor e seguro.

Para que uma rua compartilhada seja vibrante e utilizada de forma contínua pela comunidade, é importante que ela inclua espaços destinados a atividades comunitárias e apoio ao comércio local. Áreas para eventos, feiras livres e apresentações culturais podem transformar a rua em um ponto de encontro, promovendo a socialização e a interação entre os moradores. O incentivo à instalação de pequenos comércios e serviços, como cafés, lojas de artesanato e restaurantes, também fortalece a economia local e enriquece a experiência dos frequentadores.

A participação da comunidade no processo de planejamento é essencial para o sucesso de uma rua compartilhada. Consultas públicas, oficinas de design colaborativo e outros métodos de participação cidadã garantem que as necessidades e desejos dos moradores sejam atendidos, resultando em um espaço público que realmente reflete os valores e expectativas da comunidade local.

Por fim, a rua compartilhada deve estar bem conectada com o sistema de transporte público, facilitando o acesso a estações de ônibus e metrô e criando uma rede de mobilidade integrada e eficiente. Isso não só amplia as opções de deslocamento dos usuários, mas também reforça a ideia de uma cidade mais acessível e conectada.

A inclusão da arte pública e das manifestações culturais, como elementos de atração e permanência, adiciona valor à rua compartilhada, tornando-a não apenas um corredor de passagem,

mas um destino em si, onde a vida comunitária floresce e a cultura local é celebrada. Assim, a rua compartilhada em Salvador se tornaria um exemplo de urbanismo sustentável e inclusivo, onde mobilidade, cultura e convivência caminham lado a lado.

Uma rua compartilhada ideal em Salvador, portanto, seria muito mais do que apenas um espaço de trânsito; seria um ambiente vivo e dinâmico, que valoriza a cultura local, promove a inclusão social e prioriza o bem-estar dos seus habitantes. Ela serviria como um exemplo de como o espaço público pode ser utilizado para melhorar a qualidade de vida urbana, ao mesmo tempo em que respeita e preserva o caráter único da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo analisou as intervenções urbanas de ruas compartilhadas, o uso de concreto nas obras públicas e a arte pública em Salvador, Bahia, destacando como esses elementos influenciam a configuração do espaço urbano e a inclusão social na cidade.

Primeiramente, as ruas compartilhadas em Salvador representam uma tentativa positiva de integração entre pedestres, ciclistas e veículos, promovendo uma maior coesão social e segurança nas vias. No entanto, os desafios enfrentados, como a falta de infraestrutura adequada, planejamento urbano deficiente e resistência cultural, limitam a eficácia dessas iniciativas. A ausência de manutenção contínua e a falta de conscientização pública comprometem o potencial transformador dessas intervenções. É fundamental que haja um compromisso mais robusto com a manutenção e a educação da população para garantir que as ruas compartilhadas realmente cumpram sua função de promover um ambiente urbano mais inclusivo e seguro.

Em relação ao uso do concreto, a análise revela que, embora o material seja durável e econômico, seu uso excessivo em intervenções urbanas tem contribuído para a criação de espaços inóspitos e descontextualizados. Em uma cidade como Salvador, que possui uma rica herança cultural e arquitetônica, a predominância de concreto pode levar à descaracterização de áreas históricas e à alienação das comunidades locais. As intervenções urbanas devem, portanto, considerar mais profundamente o contexto cultural e ambiental, buscando uma harmonização entre a modernidade e o patrimônio local.

A arte pública desenvolvida pela comunidade surge como uma resposta vital à homogeneização dos espaços urbanos. Em Salvador, a produção de murais, grafites e instalações artísticas tem promovido a apropriação do espaço público pelos cidadãos, refletindo a identidade local e fortalecendo os laços sociais. Contudo, a falta de apoio institucional e o reconhecimento limitado dessas iniciativas podem marginalizar essas contribuições culturais. A promoção de políticas públicas que valorizem e integrem a arte comunitária no planejamento urbano é essencial para garantir que a diversidade cultural seja preservada e celebrada.

Finalmente, a análise crítica destaca que as intervenções urbanas, incluindo as ruas compartilhadas e o uso de concreto, devem ser adaptadas ao contexto específico de Salvador. A diversidade social, o clima tropical e a rica herança cultural da cidade exigem soluções urbanas personalizadas que respeitem e valorizem essas características. Além disso, as práticas urbanísticas devem equilibrar o desejo de modernização com a necessidade de preservar e promover a identidade local.

O sucesso das intervenções urbanas em Salvador depende de uma abordagem mais holística que leve em consideração as necessidades e características específicas da cidade. É necessário um esforço conjunto entre autoridades, urbanistas, arquitetos e a comunidade para criar soluções que verdadeiramente integrem a cidade e promovam um ambiente urbano mais inclusivo, sustentável e culturalmente rico. A evolução contínua das práticas urbanísticas em Salvador deve focar na criação de espaços que atendam tanto às demandas contemporâneas quanto ao valor cultural e histórico da cidade, garantindo assim um desenvolvimento urbano que seja simultaneamente inovador e respeitoso às tradições locais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S. Pedras portuguesas e a arquitetura brasileira: uma análise do uso em espaços públicos. São Paulo: Senac São Paulo, 2015.
- BHTRANS. Manual de Moderação de Tráfego e Espaços Compartilhados. Belo Horizonte: BHTRANS, 2013.
- BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. No olho da rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador / BA. 2015.
- BOUÇAS, Rose Laila de Jesus; SOUZA, Luiz Antonio de. Trabalhadores de rua: uso do solo e apropriação do espaço público no Centro de Salvador. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL CIDADE VIRTUAL E TERRITÓRIO. 8º Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual. Rio de Janeiro, 10, 11 e 12 de outubro de 2012. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- COSTA, A. P. A Arte no Espaço Público e sua Relação com a Comunidade. Ed. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2016.
- GONÇALVES, P. Arte Pública e Espaço Urbano: A Contribuição das Intervenções Artísticas para a Identidade Urbana. Arte & Cultura, 2019. 10(2), 77-92. doi:10.1590/2177-7125.2019.10.2.5.
- GOUVÊA, E. J.; SCHENINI, F. Arte Pública e Urbanismo: Reflexões sobre o Espaço e a Memória. São Paulo: Senac, 2018.
- GORDON, R. Shared Streets: How Shared Space Design Influences Urban Dynamics. Urban Studies Journal, 2015. 52(3), 459-477. doi:10.1177/0042098014565568.
- JACOBS, Jane. Morte e vidas das grandes cidades. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios – Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LIMA, L. A. Pavimentações urbanas: análise das técnicas e materiais no contexto brasileiro. São Paulo: Blucher, 2013.
- LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MENDONÇA, F. A rua compartilhada e o papel das intervenções urbanas no espaço público. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.
- MILLER, D. Concrete and the Urban Environment: Assessing the Impact of Concrete on Urban Spaces. Journal of Urban Design, 2015. 21(1), 34-52. doi:10.1080/13574809.2015.1089187.
- PREFEITURA DE SALVADOR. Plano de Gestão da Primeira Gestão do Prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2013.
- SALVADOR, T. Patrimônio e Intervenção Urbana: O Caso do Uso do Concreto em Cidades Históricas. Revista Brasileira de Arquitetura e Urbanismo, 2017. 12(2), 25-41. doi:10.1590/2236-5207.2017.12.2.2

SAMPÁIO, Antônio Heliodório Sampaio Lima. Formas urbanas: cidade real e cidade ideal, contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA, 1999.

SILVA, F. S. da. Gentrificação e transformações urbanas no Brasil: a experiência de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, M. S. A Arte Pública no Brasil: História e Contemporaneidade. Ed. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2017.

SILVA, T. A requalificação urbana como instrumento de marketing urbano. Revista Brasileira de Urbanismo, 2019. 22(1), 45-60.

SOUZA, A. Requalificação urbana e suas estratégias: O caso de Salvador. Anais do Seminário de Urbanismo e Meio Ambiente, 2017. 15, 75-90.

SUN, Alex. Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora do SENAC, 2008.

TANSCHET, Paula. "Espaços Públicos: a transformação urbana com a participação da população". 10 Jul 2017. ArchDaily Brasil. Acessado 27 Ago 2024.

<<https://www.archdaily.com.br/br/875364/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao>> ISSN 0719-8906.

TELLA, Guillermo; AMADO, Jorge. "O Papel das ruas compartilhadas: Como recuperar a qualidade de vida no espaço público". 30 Ago 2016. ArchDaily Brasil. Acessado 27 Ago 2024.

<<https://www.archdaily.com.br/br/794322/o-papel-das-ruas-compartilhadas-como-recuperar-a-qualidade-de-vida-no-espaco-publico-guillermo-tella-e-jorge-amado>> ISSN 0719-8906.